



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ, *CAMPUS* COCAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA**

CLÉA MENDES PIRES

**POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVANÇOS E DESAFIOS DE SUA
APLICAÇÃO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Cocal.

Orientadora: Prof. Dra. Nádia Mendes dos Santos

COCAL

2023

CLÉA MENDES PIRES

POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVANÇOS E DESAFIOS DE SUA
APLICAÇÃO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí,
Campus Cocal.

Orientadora: Prof. Dra. Nádia Mendes dos Santos

COCAL

2023

**POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: AVANÇOS E DESAFIOS DE SUA
APLICAÇÃO A CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO ESCOLAR**

Cléa Mendes Pires ¹

RESUMO

O autismo ocorre como uma falta de estruturas psíquicas que ocasiona déficits cognitivos. Bem como além da escola, a família inicialmente deve ter cuidado e atenção, pois o diagnóstico que recebe da criança autista não é que desejava, ou seja, não querem aceitar. Sendo assim, é necessário todo um trabalho com os profissionais da Saúde para que a criança possa evoluir no processo educacional. Identificar as contribuições, aplicações e avanços das políticas públicas voltadas para crianças com TEA. Segundo Rocha (2019), o TEA atinge 1% da população infantil, tendo aumentado 15% nos últimos anos em razão do aumento das investigações, das pesquisas realizadas e das melhorias nos diagnósticos. A metodologia do trabalho teve como foco uma pesquisa do tipo qualitativa, tendo como base um estudo bibliográfico-descritivo e buscou em bases acadêmicas a importância das políticas públicas e inclusão da pessoa com autismo no contexto escolar, sendo assim alcançando o objetivo da pesquisa.

Palavras-chave: Autismo. Educação. Políticas Públicas.

**BRAZILIAN PUBLIC POLICIES: ADVANCES AND CHALLENGES IN THEIR
APPLICATION TO CHILDREN WITH SPECTRUM DISORDERS
AUTIST (ASD) IN THE SCHOOL CONTEXT**

ABSTRACT

Autism occurs as a lack of psychic structures that causes cognitive deficits. As well as beyond school, the family must initially require care and attention, as the diagnosis they receive from the autistic child is not what they wanted, that is, they do not want to accept it. Therefore, it is necessary to work closely with health professionals so that the child can progress in the educational process. Identify the contributions, applications and advances of public policies aimed at children with ASD. According to Rocha (2019), ASD affects 1% of the child population, having increased by 15% in recent years due to the increase in investigations, research carried out and improvements in diagnosis. The methodology of the work focuses on qualitative research, as a basis a bibliographic-descriptive study will be carried out and the importance of public policies and inclusion of people with autism in the school context is expected, thus achieving the objectives of this research.

Keywords: Autism. Education. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

¹ Licenciada em Pedagogia. Universidade Estadual do Piauí. E-mail: cleapires1@hotmail.com

Segundo Silva (2012) o autismo como “transtorno global do desenvolvimento infantil” é descrito por um conjunto de sintomas que atinge a socialização, comportamento, comunicação e principalmente a interação social. Haja vista, para que a criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja incluída no contexto escolar, faz-se necessário que seja estabelecido uma parceria e diálogo com família, escola e comunidade escolar para que se possa traçar metas ao longo da jornada educacional da criança com NEE Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

O processo de inclusão na visão da teoria sócio-histórica foi descrito por Vygotsky, uma vez que o autor faz referência em seus escritos que o desenvolvimento de algumas funções ligadas ao processo de desenvolvimento humano é peculiar às interações sociais as quais esses sujeitos possam usufruir. Destaca-se quanto mais amplo for a diversidade de interações sociais que este venha ter, maior será a possibilidade de se desenvolver e maior favorecimento no processo de construção do conhecimento adquirido (VYGOTSKY, 2012).

No Brasil, essa temática é atual e requer estudo aprofundado e reflexões sobre a evolução e os pontos que requer criticidade no que se refere às políticas públicas e sua real função, assegurar que a população tenha acesso aos direitos garantidos por lei.

Diante desse processo de inclusão, vale ressaltar que não é só matricular o discente na instituição escolar que o torna incluído, é preciso que as políticas públicas que estejam voltadas para pessoas com deficiência sejam aplicadas dando garantia de acesso e permanência dos mesmos.

Conforme Laznik (2004) o autismo é descrito como uma falta de estruturas psíquicas que ocasiona déficits cognitivos. No Brasil, iniciativas governamentais direcionadas às crianças com TEA, desenvolveram-se de maneira tardia, na teoria, as leis que regem demonstram claramente como deve ser feita a inclusão no âmbito escolar; na prática sabe-se que requer aprimoramento para que ocorra de forma ideal. Tendo em vista essa necessidade de eficácia na aplicabilidade das políticas públicas de Inclusão de Crianças autistas requer conhecimento e sensibilização sobre seus benefícios.

De acordo com Rodrigues (2012) a escola necessita estar aberta para compreender o outro, seja pelos saberes, seja pelas experiências, independente das diferenças, ela deve estar livre e ser totalmente comprometida para que seja incluída estabelecendo uma forte parceria.

que este venha ter, maior será a possibilidade de se desenvolver e maior favorecimento no processo de construção do conhecimento adquirido (VYGOTSKY, 2012).

Ademais, a família inicialmente deve requer cuidado e atenção, pois o diagnóstico que recebe da criança autista não é que desejavam, ou seja, não querem aceitar. Sendo assim, é necessário todo um trabalho com os profissionais da Saúde para que a criança possa evoluir no processo educacional.

Outrossim, a maioria dos profissionais da educação não sabem lidar com essa atual realidade, criando assim dificuldades e desafios a serem enfrentados por parte do docente e a falta de informação e comunicação, bem como a formação profissional é um aspecto negativo, pois as crianças com esse tipo de transtorno possuem característica variadas e diferenciadas, desde a interação social com outras pessoas e a linguagem como forma de comunicação que são essenciais para o processo de ensino e aprendizagem.

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as contribuições, aplicações e avanços das políticas públicas voltadas para crianças com (TEA). Este projeto versa sobre a importância que as políticas públicas devem estabelecer no que se refere à inclusão de crianças autistas no ambiente escolar. Dessa forma, para que o ensino ocorra de forma inclusiva, todos os atores envolvidos (família, docentes e escola).

2 CARACTERIZAÇÃO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 por Leo Kanner (BOSA, 2000; NABEIRO; SILVA, 2019), tendo como base um estudo de caso envolvendo onze crianças que apresentavam algumas características em comum, tais como: incapacidade de se relacionar com outras pessoas, distúrbios de linguagem e uma preocupação obsessiva por atividades rotineiras. Segundo ROCHA (2019), o TEA atinge 1% da população infantil, tendo aumentado 15% nos últimos anos em razão do aumento das investigações, das pesquisas realizadas e das melhorias nos diagnósticos.

Por volta de 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler falou em “Autismo”, sendo associado a comportamento de esquizofrenia, ao descrever pacientes com esquizofrenia, observou que as versões clínicas mais severas se apresentam tão internalizadas em si mesmos que denominou esse quadro considerado mais grave como autismo. Foi então a primeira vez que o termo foi usado nesse sentido (BRITES, 2009).

No ano de 1943, o primeiro médico Leo Kanner fez a publicação de pesquisas sobre sintomas que estavam relacionados com o autismo. Fez o estudo e observações do comportamento de 11 crianças, chegando a conclusão do termo “Autismo infantil” para crianças com inteligência, mas que não gostam de socialização, nem de mudanças (BRAGA,

2018). Observa-se que estudos e observações foram proporcionando testes, escalas e avaliações para constatar sinais de autismo quando crianças, permitindo assim criar parâmetros para que os profissionais possam se embasar em, analisar e intervir nas respostas apresentadas pelas crianças (BRITES, 2019). Diante desta trajetória, desafios e avanços com relação a pessoas autistas ganharam espaço por meio de políticas públicas, sendo necessário conhecimento por parte dos atores que fazem parte do ambiente escolar.

2.1 Escola Inclusiva

No ano de 1943, o primeiro médico Leo Kanner fez a publicação de pesquisas sobre sintomas que estavam relacionados com o autismo. Fez o estudo e observações do comportamento de 11 crianças, chegando a conclusão do termo “Autismo infantil” para crianças com inteligência, mas que não gostam de socialização, nem de mudanças (BRAGA, 2018).

Observa-se que estudos e observações foram proporcionando testes, escalas e avaliações para constatar sinais de autismo quando crianças, permitindo assim criar parâmetros para que os profissionais possam se embasar em, analisar e intervir nas respostas apresentadas pelas crianças (BRITES, 2019). Diante desta trajetória, desafios e avanços com relação a pessoas autistas ganharam espaço por meio de políticas públicas, sendo necessário conhecimento por parte dos atores que fazem parte do ambiente escolar.

A escola deve ser o lugar onde a inclusão ocorra de forma dinâmica e gradativa. Ao receber crianças com autismo, a escola deve garantir a permanência dessas crianças, desde seu acolhimento até as políticas públicas que assegurem seus direitos. Para Cunha (2019) a educação nas escolas inclusivas, depende do grau de severidade, deve ser vivenciada individualmente na sala de recursos e na sala de ensino comum, favorecendo a sociabilidade, porque incluir é aprender junto.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS COM TEA

Diante das políticas públicas que assegurem os direitos de pessoas com deficiência vale destacar a constituição de 1988 no tocante ao artigo 208 que fala da educação básica gratuita e obrigatória de 4 a 17 anos, sendo dever do estado garantir atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência em especial na rede regular de ensino “(BRASIL, 1988)”.

Aprimorando as necessidades de acolhida de crianças especial temos o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, que no capítulo IV, artigo 54, trata da obrigatoriedade do Estado assegurar às crianças e adolescentes com deficiência, abordando no inciso III, o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Na LDB, Lei nº 9394/96, o seu artigo 58 versa sobre: Entende-se por educação especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Em 2012, foi criada a Lei de inclusão do autista, Lei Berenice Piano nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA na sua classificação com deficiência para todos os aspectos legais.

A Lei nº 12.764/ 2012 é um resultado e uma grande vitória da luta das mães de crianças autistas que, durante anos, buscaram a efetivação da garantia dos direitos e da qualidade de vida de seus filhos, visando melhor atendimento na educação, na saúde e na própria sociedade a qual faz parte, assegurando assim, o direito de um acompanhante para autistas de forma integral, bem como o direito de acompanhamento de profissionais da área da saúde. Em especial para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

4 METODOLOGIA

4.1 Modalidade da pesquisa

A presente pesquisa teve como foco uma pesquisa do tipo qualitativa, por meio de um estudo bibliográfico-descritivo, realizado por meio de pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado por outros autores. Utiliza-se o método de análise descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos (REIS 2002).

Sendo assim, a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa por permitir descrever

os fatos buscando assim, resultados mais fidedignos (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006).

4.2 Instrumentos de coleta de dados

Nesta etapa, a pesquisa foi fundamentada na busca de artigos publicados em bases acadêmicas para a realização da pesquisa bibliográfica, no qual foram analisados artigos científicos, como foco as seções metodologia (o seu caráter de pesquisa e objetivos) referente a inclusão e exclusão do autista no contexto escolar, bem como as políticas públicas voltadas aos mesmos. Por fim, foi apresentado e discutido por meio de tabelas os de autoria própria.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1 - Base acadêmica extraída do Google Acadêmico

Autor	Metodologia: Caráter da pesquisa	Objetivo do trabalho
SANTOS, 2020.	Descritiva.	Contribuir com reflexões sobre as políticas públicas e o papel da família em relação a aplicabilidade dos direitos da pessoa com TEA, nas escolas;
SOUZA E FERREIRA, 2022.	Exploratória, analítica e descritiva.	Conhecer as principais políticas públicas de Educação Especial no Brasil, identificar as especificidades e dificuldades dos estudantes com TEA durante o contexto pandêmico do Coronavírus;
MONTEIRO, 2022.	Qualitativa e bibliográfica.	Analisar os desafios para a educação especial na formação de seus professores para que eles tenham condições pedagógicas de atender as peculiaridades dos alunos com TEA;

FERREIRA, 2023.	Descritiva e exploratória.	Analisar os desafios para a educação especial na formação de seus professores para que eles tenham condições pedagógicas de atender as peculiaridades dos alunos com TEA;
BARBOSA, 2023.	Sistemática de literatura.	Investigar como é abordado a o direito à inclusão escolar de crianças autistas na literatura científica;
OLIVEIRA, 2023.	Exploratória.	Abordar o contexto escolar sobre seu papel social, bem como a importância da educação inclusiva para que as pessoas com deficiência, em especial o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA);
SILVA, 2023.	Exploratória.	Sistematizar o conjunto de teses e dissertações que versam sobre as práticas educacionais inclusivas e cotejar com as políticas públicas de 2008 a 2020 no contexto brasileiro.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

É perceptível que Santos (2020) discrimina que é importante fazer uma análise para que haja a contribuição não só da escola, como também da família, isso mostra que no trabalho do autor o autismo no âmbito escolar não deve só ser cuidado pela escola, deve haver a participação e diálogo da família em geral.

Já na perspectiva de Souza (2022), ele busca analisar as especificidades do aluno com TEA em tempo de pandemia, com certeza o autor em seu objetivo consolida que o autismo aumentou, pois percebia comportamentos diferentes de cada pessoa, sobretudo de pessoas com autismo.

Quanto ao objetivo geral do autor, Monteiro mostra que deve ser analisado os desafios

dos professores que vivenciam alunos com TEA em sua turma, é perceptível que nem todos os professores da educação básica tem ajuda de um professor, a visão do autor busca entender se realmente os professores estão dificuldades em trabalhar com aluno autista, isso mostra a preocupação do autor para com os docentes.

Quanto a Ferreira (2023), este visa analisar os desafios dos professores na inclusão de alunos com deficiência, se realmente está ocorrendo a formação contínua para que o docente possa trabalhar com o discente, pois existem professores do antigo magistério que nunca viram uma disciplina de educação especial.

Barbosa (2023) busca investigar como é abordado o direito à inclusão escolar de crianças autistas na literatura científica, ele quis dizer se realmente há publicações com essa temática, sabe-se que o autismo está em alta e muitos trabalhos científicos estão sendo pautados nas bases acadêmicas.

Já Oliveira (2023), evidencia o contexto escolar sobre seu papel social, bem como a importância da educação inclusiva para que as pessoas com deficiência, em especial o aluno com (TEA) isso mostra que o autor está preocupado com as adversidades, se realmente o discente está sendo incluído no chão da escola e para que ele não passe por preconceitos Silva (2023), mostra que está preocupado com as políticas públicas que regem as inclusões de pessoas que possuem uma deficiência de forma em geral.

Por fim, foi perceptível que em todos os artigos selecionados no quadro 1 mostra o caráter descritivo, pois é observado que nas pesquisas feitas foi elaborado a partir de documentos e abordagem exploratória. O caráter exploratório pode ajudar a resolver algumas dificuldades da pesquisa, ou seja, cada autor fez busca em bases de dados acadêmicos para que obtivesse enriquecimento de pesquisas bibliográficas em suas pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as Políticas Públicas é algo que não está sendo pautado nos artigos buscados nas bases acadêmicas, pois em quase todos os trabalhos selecionados não houve celeridade em fazer que ocorra o processo de ensino e aprendizagem do discente autista e para que então ocorra a tão esperada inclusão. Bem como também depende também de fatores externos, como medidas em promover um ensino inclusivo com qualidade, onde os estudantes sejam motivados por um currículo adequado, capaz de satisfazer as necessidades primárias. Portanto, as parcerias e políticas públicas inclusivas devem ocorrer.

Não se trata apenas de promover processos de ensino e aprendizagem para uma minoria, mas como também para que ocorra a inclusão de pessoas com TEA nas escolas públicas do Brasil, é considerável que as escolas públicas ainda sofrem com a questão da acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BOSA, C. **Autismo: Uma breve revisão de diferentes abordagens**. Transtorno do Espectro Autista: Avaliação, diagnóstico e intervenção, 2009.

BARBOSA, M, L. P. **Revisão sistemática de literatura sobre o direito à inclusão escolar de pessoas com autismo**, 2023.

CUNHA, L. A. **Educação brasileira: projetos em disputa**. São Paulo: Cortez, 2005. GIL,

CARLOS, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI**. Teresina: IFPI, 2021. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/areadoestudante/bibliotecas/ManualdeNormalizaodeTrabalhosAcademicosdoIFPI.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FERREIRA, C. **Transtorno do espectro autista (tea), desafios e transformações diante do atual cenário de expressiva incidência escolar**, 2003.

FERREIRA, F, M, E; SOUZA, D, Q, M. **Políticas públicas de Educação Especial no Brasil e seus desafios para a efetivação da inclusão escolar dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto da pandemia do covid-19**, 2022

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

OLIVEIRA, R, P. **Educação inclusiva: autismo e escola é um debate necessário**, 2023.

REIS, Alcenir Soares dos; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. **Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa**. Belo Horizonte, MG: UFMG, [2002]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SILVA, G, G. **Produção do conhecimento e possíveis correlações entre políticas e práticas inclusivas**, 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar

Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SPERANDIO, Daniele Spadotto (org.) *et al.* **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFPI**. Teresina.